

O GÊNERO REPORTAGEM COMO PRÁTICA SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA

Daniel Salgueiro da Silva

Licenciado em Letras/Português, pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL/Arapiraca)

Max Silva da Rocha

Docente da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL/Palmeira dos Índios)

Deywid Wagner de Melo

Docente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL/Arapiraca)

RESUMO

Este trabalho é uma análise, de natureza crítico-discursiva, do gênero reportagem como prática social. Tem como objetivo analisar aspectos críticos do gênero discursivo reportagem, buscando entender os modos pelos quais esse gênero atua como instrumento de legitimação de determinadas ideologias perante a sociedade. Fundamenta-se em Fairclough (2001), Resende e Ramalho (2016), Castilho e Castilho (2002), entre outros. A pesquisa é de natureza qualitativa, prima pela qualidade e interpretação dos dados, não tendo interesse em quantificá-los, buscando-se entender o fenômeno da modalização na reportagem e como esse gênero se manifesta enquanto instrumento ideológico. As análises apontam que a reportagem é, em suma, um gênero ideológico que busca legitimar representações da realidade capazes de atuar intensamente na manutenção ou alteração das estruturas sociais.

Palavras-chave: Reportagem. Prática social. Ideologias.

Introdução

Não raramente se ouve que a mídia possui grande influência sobre a população, chegando, por vezes, ser denominada como “o quarto poder”. Nesse sentido, parece estar evidenciado, no imaginário da sociedade, que a mídia a influencia muito significativamente no que tange aos modos de ver a realidade. Todavia, ainda há pouca sistematização desse fato, ou seja, não se sabe dizer se existem muitos trabalhos que visem entender mais cientificamente como esse processo ocorre, entender, como a linguagem é usada pelos veículos de mídia a fim de legitimar a visão da realidade que melhor se adéque aos seus interesses sociais.

Partindo disso, o principal objetivo deste trabalho é analisar aspectos críticos no gênero discursivo reportagem, buscando entender, mais especificamente, os modos pelos quais ele atua como instrumento de legitimação de determinadas ideologias perante a sociedade. Para tanto, busca-se entender como o fenômeno da modalização, enquanto elemento crítico da linguagem, se materializa na superfície textual da reportagem.

Este estudo é fruto de uma pesquisa que tem como fundamento teórico alguns autores que trabalham com a Análise do Discurso Crítica (ADC), quais sejam: Santos (2011), Fairclough (2001), Resende e Ramalho (2016), Castilho e Castilho (2002), entre outros. A Análise do Discurso Crítica (ADC) está presente neste trabalho por possibilitar meios pelos quais se torne possível o entendimento de como o gênero em tela atua como instrumento ideológico.

A pesquisa é de natureza qualitativa, visando interpretar, à luz da ACD, os dados que compõem o *corpus* constituído para o estudo, sem que haja preocupação em quantificá-los. Nesse sentido, duas questões nortearam o processo de pesquisa, a saber: “como o gênero reportagem se manifesta enquanto instrumento ideológico?” e “como acontece o fenômeno da modalização no citado gênero?”.

Este trabalho estrutura-se em quatro partes. A primeira concentra-se em refletir os principais conceitos da ACD, como discurso, ideologia, e o modelo tridimensional de análise proposto por Fairclough(2003) que entende o discurso como um conjunto formado por três dimensões: a textual, a discursiva e a social; a segunda, nas modalidades discursivas: epistêmica, deontica e afetiva, conforme Castilho e Castilho (2002); a terceira, nas características do gênero reportagem como prática social; e a quarta apresenta uma reportagem escolhida para análise como recorte da pesquisa realizada.

Análise do Discurso Crítica (ADC)

A ADC é uma disciplina que se preocupa em estudar a linguagem como uma prática social. Para tanto, pauta-se no fato de que um ato linguístico não é algo suficiente em si mesmo, mas que está, a todo momento, atravessado por questões sociais. Por isso, defende-se que, para haver um entendimento completo de um determinado discurso, é necessário que se analise também o contexto no qual ele foi produzido, daí a importância de se conhecer contextualmente a prática discursiva.

Nessa perspectiva, é possível definir essa área de estudo como uma disciplina que se preocupa, sobretudo, em analisar como se efetuam as relações de dominação, discriminação, poder e controle através da linguagem. Dessa forma, a linguagem não é vista como instrumento de representação do pensamento ou meramente para a comunicação entre sujeitos, trata-se de algo que possibilita o meio de dominação e controle social, visto que, por meio dela, relações de poder são legitimadas. Assim, a principal incumbência da ADC é

construir um “aparelho teórico integrado, a partir do qual seja possível desenvolver uma descrição, explicação e interpretação dos modos como os discursos dominantes influenciam o conhecimento, os saberes, as atitudes e as ideologias socialmente partilhadas” (MELO, 2011, p. 1339).

Diferentemente da Análise do Discurso Francesa (ADF), que defende que o sujeito é submisso ao meio social, a ADC entende que um sujeito é atravessado pelas ideologias da esfera social da qual ele é membro, todavia esse sujeito também possui a capacidade de agir por si próprio, posicionando-se diante das representações simbólicas da realidade a que é exposto. Por assim dizer, há momentos em que o sujeito age inconscientemente, levado pelas estruturas sociais, mas há também momentos em que ele guia suas ações de forma consciente, agindo sobre tais estruturas (FAIRCLOUGH, 2001).

Ao tratar de Análise do Discurso, seja de qual linha for, é necessário que se aponte o entendimento que se tem acerca do termo “discurso”. Para tanto, é necessário que se recorde da oposição teórica entre os paradigmas estruturalista e funcionalista, pois, como cada um desses modelos teóricos entende a linguagem de uma forma distinta, o conceito de discurso varia entre ambos. Sumariamente, o pensamento estruturalista aborda a linguagem como algo que possui autonomia própria, portanto sua orientação de pesquisa sugere a descrição interna da estrutura linguística, sem considerar qualquer elemento externo a isso. Em contrapartida, o funcionalista se apresenta como um modelo teórico que entende o ato linguístico tendo por base as suas funções nos diferentes contextos (RESENDE; RAMALHO, 2016).

O pensamento estruturalista entende o conceito de discurso como uma unidade formal que se coloca acima da frase, ou seja, um discurso não é nada além de um conjunto de enunciados menores. O funcionalismo, por sua vez, vai além das estruturas linguísticas, entendendo o discurso como a linguagem em uso, dessa forma, quando um sujeito se vale da língua, seja para comunicar, argumentar, representar etc., está produzindo um discurso segundo o viés funcionalista. Por ser mais abrangente que o primeiro, o entendimento funcionalista é o que a ADC adotou para fundamentar suas pesquisas (RESENDE; RAMALHO, 2016).

Dessa forma, verifica-se o quão, para a ADC, estão próximos a língua e o social. Fairclough (2001) propõe que o discurso seja uma forma de prática social, um meio pelo qual se pode agir sobre o mundo e, em especial, sobre os outros. Além disso, defende uma dupla orientação do discurso, ao afirmar que uma produção linguística é sempre orientada por questões sociais, ao passo que estas, ao mesmo tempo, orientam-se no discurso de um

indivíduo ou de um grupo deles. Assim, Fairclough (2001, p. 91) define discurso como “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”.

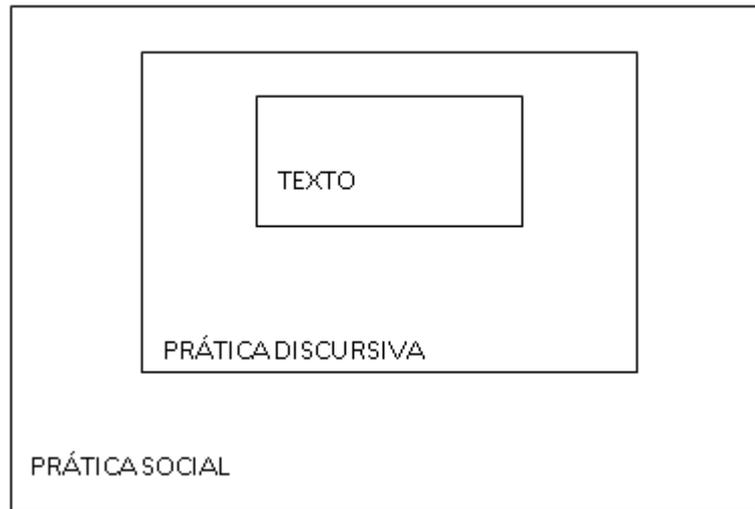
Em se tratando de ideologia, o entendimento que a ADC tem acerca desse conceito vem da teoria social de Thompson (2011), citado por Resende e Ramalho (2016). Este a entende como algo inerentemente negativo, visto que seu traço principal é servir para a sustentação e o estabelecimento de relações de poder, ou seja, para esse sociólogo e para a ADC, a ideologia estará sempre a serviço do poder (RESENDE; RAMALHO, 2016). A ideia com a qual os analistas críticos trabalham é a de que as relações de dominação exercidas por um sujeito ou um grupo são, frequentemente, sustentadas através das ideologias impregnadas nos discursos que veiculam socialmente. Nesse sentido:

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

Segundo a ADC, representações da realidade serão consideradas ideológicas somente quando intervierem nas estruturas sociais, isto é, uma forma simbólica será tida como ideológica desde que sirva para estabelecer ou sustentar “relações sistematicamente assimétricas de poder” (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 50). Essa relação intrínseca entre linguagem e ideologia não se trata de algo que possa ser facilmente percebido, pois carece de um trabalho de análise mais cuidadosa a ser feita pelo sujeito que se interesse por essa relação.

Para atender a esse objetivo de compreender como o discurso pode ser instrumento de legitimação de ideologias dominantes, mantendo, assim, uma dada ordem social, Fairclough (2001) sugere um modelo tridimensional de análise, o qual propõe que um determinado discurso é composto por três dimensões, quais sejam: dimensão textual, dimensão discursiva e dimensão social, conforme a figura abaixo

Figura 1 – Visão tridimensional



Fonte: Fairclough (2001, p. 101).

Cada uma dessas dimensões possui categorias analíticas próprias, o que não quer dizer que sejam essencialmente distintas, pois tais dimensões são analisadas a fim de se perceber quais ideologias estão contidas num discurso e a serviço de quais sujeitos. Então, apesar da distinção analítica, existe um mesmo objetivo.

A análise textual, que se fundamenta em questões essencialmente linguísticas, orienta-se basicamente pelo vocabulário e pela gramática, coesão e estrutura textual que um determinado discurso apresenta. Quanto ao vocabulário, analisam-se as palavras em determinado contexto, quais metáforas são usadas, bem como a maneira como determinados seres ou objetos são designados, entre outros. Já com relação à gramática, observam-se pontos relacionados à organização da oração, questões como transitividade, modalidade etc.

O estudo da coesão visa entender como as orações são conectadas e relacionadas no discurso, enfatiza-se que os elementos coesivos não devem ser vistos meramente como expressões, cuja função seja unicamente relacionar as partes do texto, mas devem ser interpretados também como capazes de orientar a produção de sentido do discurso. Por fim, a análise da estrutura textual objetiva perceber, sobretudo, quais estratégias de polidez são utilizadas pelo locutor, bem como quais estratégias são utilizadas para a construção de sua imagem perante os interlocutores, trata-se, portanto, da análise do *ethos* que o sujeito procura criar de si.

A análise da prática discursiva, por sua vez, fundamenta-se basicamente em questões relacionadas à produção textual, cujo fundamento maior é a percepção de quais vozes

atravessam o discurso em questão; a distribuição do texto, que visa entender principalmente por quais esferas sociais ele é recorrente; o consumo textual, que tem como ponto central o conceito de coerência, tratando dos modos como o sentido de um texto é produzido no contexto de recepção; e, por último, as condições da prática discursiva, que objetiva o conhecimento de pontos voltados para a produção do discurso, tais como: os responsáveis pela produção discursiva, se ela possui um único responsável ou se trata de algo cuja responsabilidade é coletiva, bem como os processos pelos quais se passa na elaboração do discurso.

A prática social, finalmente, refere-se principalmente aos conceitos discutidos na subseção anterior, quais sejam: ideologia e poder. Dessa forma, a análise da dimensão social focaliza a percepção de como as ideologias são impregnadas nos discursos a fim de manter ou alterar a ordem social. Por assim dizer, as análises das dimensões textual e discursiva estão a serviço da análise da prática social, pois esta representa a essência da ADC.

Nesse sentido, Fairclough (2001) avança seu modelo tridimensional para um bidimensional e, depois, para uma análise social, o que passa a ser uma análise transdisciplinar, pois

nesse modelo, as dimensões discurso e texto migram para dentro da análise social, e a análise é iniciada pelo social, investigando os elementos da análise textual em três níveis de abstração: a) eventos sociais (texto); b) práticas sociais (ordens do discurso); c) estruturas sociais (linguagem) (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 67).

O gênero discursivo reportagem, por sua vez, pode veicular determinadas ideologias do ponto de vista social. Todavia, é complexo abarcar todas as categorias de análise da ADC em um só trabalho/estudo, por esse motivo a modalidade discursiva foi escolhida como categoria para ser abordada neste trabalho, com maior ênfase, no próximo tópico, a fim de mostrar como o gênero reportagem se constitui no processo ideológico.

A modalidade em ADC

Há quem apresente uma distinção entre os termos modalização e modalidade. Esta sendo entendida como o modo pelo qual a sentença se estrutura, ou seja, se assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) ou jussiva (imperativa ou optativa), e aquela compreendida como o grau de comprometimento do falante diante do conteúdo de seu enunciado. Todavia, como o fazem Castilho e Castilho (2002), não

consideraremos tal distinção, ambos os termos são tratados indistintamente, partindo-se do pressuposto de que, antes de selecionar o modo como expressar-se, o falante avalia o conteúdo de sua proposição, comprometendo-se ou não já com tal conteúdo.

Fairclough, ao tratar desse fenômeno, parte dos postulados da Linguística Funcional de Halliday(1994) que, por sua vez, entende que a modalidade seja o julgamento de obrigatoriedade (da obrigação – permissão – à proibição) e probabilidade (da possível – provável – ao certo) que o falante executa diante daquilo que profere, defendendo ainda que esse conceito esteja ligado ao de polaridade, ou seja, um enunciado pode possuir dois polos, negativo e positivo, isto é, um enunciado pode traduzir uma negação completa, bem como uma afirmativa completa, por exemplo: “o livro é de papel”, “o livro não é de papel”, estando, assim, a modalidade para instâncias intermediárias entre a afirmativa e a negação, não abrangendo esses polos, mas numa escala (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 80).

Fairclough (2001) entende, no entanto, que o fenômeno da modalidade abarque todos os enunciados, inclusive os polares. Disso resulta o entendimento do que seja a modalidade categórica, entendendo a modalidade como o grau de comprometimento do falante quando produz afirmações, perguntas, demandas ou ofertas. Afirmações e perguntas acontecem sempre que houver uma troca de conhecimento; já demandas e ofertas, quando houver trocas de atividade. Em trocas de conhecimento, ocorre a modalidade epistêmica e o comprometimento do falante refere-se ao valor de verdade. Já em trocas de atividade, a modalidade é deôntica, tendo-se um comprometimento do falante acerca de valores como obrigatoriedade e necessidade (RESENDE; RAMALHO, 2016).

Outro ponto importante sugerido por Fairclough (2001) acerca dessa temática é a distinção entre modalidade subjetiva e modalidade objetiva. Esta acontece quando o falante explicita claramente o seu posicionamento diante do que profere, o uso de alguns verbos em primeira pessoa pode explicitá-la como é o caso de “penso”, “suspeito”, “acredito”, “acho” etc. A modalidade subjetiva, por sua vez, apresenta o julgamento do falante de forma implícita, ou seja, a subjetividade do locutor não aparece claramente na superfície textual, é o caso de expressões como “a terra deve ser plana”.

O estudo das modalidades é uma temática abordada por muitos linguistas. Entre esses, Castilho e Castilho (2002) se destacam pelo trabalho que elaboraram acerca dos advérbios modais em português brasileiro. Esses estudiosos defendem que a modalidade seja uma estratégia por meio da qual o falante se relaciona com o conteúdo de seu enunciado, avaliando o grau de verdade ou obrigatoriedade de tal proposição. Para eles, o fenômeno da modalidade

se divide em três tipos, quais sejam: modalidade epistêmica, modalidade deôntica e modalidade afetiva.

Os modalizadores epistêmicos traduzem a avaliação do falante acerca do valor de verdade de seus enunciados. Dividem-se em três tipos: os asseverativos, que evidenciam o fato de o falante considerar verdadeiro o conteúdo de sua fala, apresentada em forma afirmativa ou negativa, sem deixar qualquer margem para dúvidas, esses modalizadores, portanto, assinalam um alto grau de adesão do falante com o dito; os quase-asseverativos, por sua vez, indicam que o falante considera o seu enunciado como próximo da verdade, mas que precisa de uma confirmação, em vista disso, apresenta um baixo grau de adesão, assim, o falante furta-se da responsabilidade do que profere; por fim, os delimitadores, como o nome já sugere, delimitam os espaços em que o conteúdo da proposição deve ser tomado como verdadeiro (CASTILHO; CASTILHO, 2002).

A modalidade deôntica sugere que o locutor entende o conteúdo de seu enunciado como algo que deve e precisa ocorrer obrigatoriamente. Acontece, sobretudo, quando o locutor anseia agir mais intensamente sobre o interlocutor, pois geralmente aparece em enunciados cuja função é levar o outro à realização de um ato. Em suma, os modalizadores deônticos são usados em trocas de atividade (CASTILHO; CASTILHO, 2002).

Finalmente, a modalidade afetiva sinaliza as emoções do falante diante do conteúdo proposicional, ou seja, essa modalidade refere-se à função emotiva da linguagem. Divide-se em dois tipos: modalizadores afetivos subjetivos e modalizadores afetivos intersubjetivos. Os primeiros apontam para uma reação afetiva do falante diante do enunciado, já os intersubjetivos se referem a um posicionamento afetivo do locutor para com o interlocutor. Como exemplo do primeiro grupo, pode-se mencionar expressões do tipo “infelizmente” e “felizmente”, do segundo, “francamente” e “sinceramente” (CASTILHO; CASTILHO, 2002).

O fenômeno da modalização, segundo Resende e Ramalho (2016), realiza-se costumeiramente através de verbos e advérbios modais e seus respectivos adjetivos, todavia não se restringe apenas a esses meios. Dessa forma, a estratégia da modalização pode acontecer através de

[...] advérbios e locuções adverbiais (talvez, felizmente...), interjeições (ai! Ufa!), adjetivos (desejável, indiscutível...), verbos (querer, dever...), entonação (afirmativa, interrogativa...), modos do verbo (subjuntivo, indicativo...), tempos verbais (futuro, condicional...), glosas metaenunciativas (‘se eu posso dizer, ‘de qualquer forma’...), rupturas enunciativas de vários níveis (ironia, discurso citado...), sinais tipográficos (aspas) [...] (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 336).

A análise das modalidades presentes em um dado discurso contribui significativamente para o entendimento de como ele atua como instrumento para a criação, manutenção e transformação social. Nesse sentido, assegura Fairclough (2003, p. 166 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 85) que “o quanto você se compromete é uma parte significativa do que você é – então escolhas de modalidade em textos podem ser vistas como parte do processo de texturização de autoidentidades”. Por assim dizer, o uso de determinadas modalidades pode legitimar uma perspectiva particular como essencial para todos, estabelecendo a aceitação de uma dada ideologia. Isso pode ser observado no gênero jornalístico reportagem.

Como o objetivo na ocasião é entender a atuação do gênero reportagem na legitimação de ideologias nas práticas sociais, o próximo tópico buscará refletir essa questão.

O gênero reportagem como prática social

O estudo sobre os gêneros textuais não é uma temática própria da contemporaneidade, pois essa questão já era estudada desde a Grécia Antiga, por Aristóteles. Evidentemente, o que se concebe atualmente por gênero é algo que difere daquilo que era entendido no passado, isso porque a constante evolução de conceitos é uma particularidade de toda e qualquer ciência e não poderia ser diferente em Linguística.

Um ponto convergente entre o pensamento dos antigos e o dos contemporâneos é a relação entre linguagem e esfera social, pois

as esferas de atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de se surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas de atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Dessa forma, é consenso que, em cada esfera, o modo com o qual as pessoas se comunicam se dá de forma particular, pois essas esferas sociais exigem que, em seu contexto, a comunicação se dê por meio de formas textuais específicas. Essas formas textuais/discursivas específicas são aquilo que concebemos como gênero discursivo, ou seja,

“tipos relativamente estáveis de enunciados”, que emanam de um dado contexto social (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Desse modo, os gêneros textuais/discursivos¹ nada mais são que as formas de textos recorrentes em cada ambiente social. Nessa perspectiva, Marcuschi (2008) define gêneros textuais como

[...] os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas (MARCUSCHI, 2008, p.155).

Concebe-se, portanto, como gêneros textuais/discursivos todas as nossas enunciações, quer sejam orais, quer sejam escritas, que se baseiam em formas-padrão de relativa estabilidade construídas a partir das propriedades de determinada esfera social, dos objetivos que se deseja alcançar, além de tantos outros fatores pragmáticos que influenciam esse processo. Assim, notícias, editoriais, artigos de opinião, cartas do leitor, entrevistas e reportagens são tidos como gêneros, uma vez que são formas textuais próprias do meio jornalístico. Entre esses gêneros do domínio discursivo jornalístico, provém a reportagem, que, muitas vezes, é confundida com a notícia, todavia, apesar de algumas semelhanças, constituem-se como gêneros distintos.

O gênero reportagem se caracteriza por tratar da repercussão social de determinados acontecimentos. Segundo Lage (1987, p. 6), a reportagem “é um gênero jornalístico que consiste no levantamento de assuntos para contar uma história verdadeira, expor uma situação ou interpretar fatos”. Nesse sentido, o objetivo desse gênero não se restringe em informar à comunidade a ocorrência de um determinado fato, mas vai além, tentando buscar mais informações sobre as causas e os efeitos desse ocorrido.

Geralmente, as reportagens são textos mais longos exatamente por haver esse aprofundamento acerca do fato ocorrido. Para Bahia (2009), a reportagem é uma espécie de notícia ampliada, ao passo que ultrapassa os limites da mera notificação de um dado acontecimento, chegando num aprofundamento e interpretação daquilo que era somente noticiado. O autor afirma que

Enquanto a notícia nos diz no mesmo dia ou no dia seguinte se o acontecimento entrou para a história, a reportagem nos mostra como é que

¹ Textual e discursivo são usados indiferentemente.

isso se deu. Tomada como método de registro, a notícia se esgota no anúncio; a reportagem, porém, só se esgota no desdobramento, na pormenorização, no amplo relato dos fatos (BAHIA, 2009, p. 61).

Percebe-se, a partir disso, duas diferenças básicas entre a notícia e a reportagem. A primeira diz respeito ao aspecto temporal em que elas podem ser postas em circulação. A notícia precisa chegar à comunidade o quanto antes, no mesmo dia ou no dia seguinte à ocorrência do fato. A reportagem, por seu turno, não possui essa especificidade, uma vez que não precisa ser publicada em data próxima da que ocorreu o fato, podendo ser posta em circulação muito tempo depois, sem que isso lhe cause qualquer prejuízo.

A segunda diferença entre esses gêneros refere-se ao conteúdo. Na notícia, haverá apenas o relato do que aconteceu, com dados referentes ao local em que se deu o evento, bem como dos sujeitos envolvidos. Em contrapartida, a reportagem não se resume a isso, ao contrário, ela vai em busca de um maior aprofundamento, de um detalhamento do ocorrido, suas causas e efeitos, a opinião dos sujeitos próximos, a repercussão social provocada etc. Dessa forma, uma reportagem, necessariamente, deve envolver:

[...] investigação, seleção das melhores fontes, leitura de documentos, conversa com os diferentes protagonistas ou personagens envolvidos na história e exige que se capte o ambiente onde ocorrem ou ocorreram os acontecimentos. Acima de qualquer outro componente, deve começar de um modo que prenda a atenção do leitor, já que ele é o destinatário imediato da reportagem (SANTOS, 2015, p. 45).

Em suma, a reportagem é um gênero discursivo próprio do jornalismo, que tem como principal objetivo pôr em circulação informações aprofundadas sobre um determinado acontecimento, ou seja, ela não se restringe meramente em noticiá-lo, mas objetiva apresentar um conjunto de informações sobre ele. É nessa perspectiva que Santos (2015, p. 45) afirma que “a reportagem não olha o fato como um mero acontecimento, mas analisa a fundo razões, causas e efeitos que esse fato provocou ou provocará na sociedade”, configurando-se como uma prática social.

Considerando, portanto, a análise social, o gênero discursivo reportagem constitui-se nesse processo de prática social. A seguir, aparecem os aspectos metodológicos e a análise de uma reportagem, na qual as categorias da ADC, em especial, as modalidades se apresentam marcando o gênero reportagem como prática social.

Análise da reportagem “*Quem são os acampados por Lula?*”

O objetivo deste estudo prima pela qualidade e interpretação dos dados, não tendo interesse em quantificá-los, concebendo-se que “a pesquisa qualitativa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32).

Como se trata do fruto de uma pesquisa, destaca-se que há duas questões norteadoras: “Como acontece o fenômeno da modalização no citado gênero?” e “Como o gênero reportagem se manifesta enquanto instrumento ideológico?”. Na análise da reportagem adiante as respostas serão apresentadas discursivamente. Nesse sentido, o texto² a ser analisado é a reportagem da Revista Carta Capital denominada “Quem são os acampados por Lula?”, que aborda o acampamento na porta da Polícia Federal em Curitiba em protesto à prisão do ex-presidente Lula.

Quem são os acampados por Lula em Curitiba?

Vigília transformou-se em um pacífico movimento de protesto. Além dos militantes e acampados, jovens, idosos e famílias com crianças misturam-se no entorno da PF

por René Ruschel — publicado 14/04/2018 00h10.

A professora Claudia Mortari Schmidt filiou-se ao Partido dos Trabalhadores na tarde do sábado 7. Ela não imaginava, porém, que seu primeiro dia como militante oficial quase terminaria em tragédia. Schmidt estava entre os [cerca de 600 apoiadores de Lula](#) aglomerados no portão principal da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, à espera da chegada do ex-presidente, quando foram atacadas por bombas de efeito moral e balas de borracha. Saiu ileso.

Nos dias seguintes, a professora engrossou o grupo de manifestantes que transita pelas ruas ao redor da PF. Além de gritar palavras de ordem e ouvir os pronunciamentos, Mortari distribui roupas e convida mulheres acampadas a tomar banho em residências particulares. “É o mínimo que posso fazer por esse pessoal que veio de tão longe.”

Schmidt destoa do perfil da maioria das curitibanas de sua classe social. É casada com um major do Exército Brasileiro, e um de seus filhos, formado pela Academia Militar das Agulhas Negras, ocupa a patente de capitão, mas a família não influencia suas posições.

O DNA progressista, herdou da mãe, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro. “Meu marido e filho, embora discordem de minhas posições políticas, respeitam. O que nos diferencia é que os militares não são treinados para se preocupar com questões sociais.”

Caminhar pelas cercanias da PF, no bairro de Santa Cândida, em Curitiba, seria um ótimo exercício para esses militares de plantão. Equivale a uma aula prática sobre as carências sociais na era Temer. Homens e mulheres acampados sonham em retomar uma vida melhor, com mais oportunidades.

Mas essas disciplinas, de fato, não contemplam os interesses da caserna. Um documento interno, de circulação restrita e assinado pelo comando da 5ª Região Militar, proibiu a tropa de transitar, fardados ou à paisana, nas imediações.

² Este texto faz parte do *corpus* do Trabalho de Conclusão de Curso de Daniel Salgueiro da Silva, intitulado “Análise dos aspectos retórico-críticos do gênero reportagem jornalística”, orientado pelo Prof. Dr. Deywid Wagner de Melo no Curso de Letras – Língua Portuguesa da Universidade Federal de Alagoas, *campus* Arapiraca.

Se os militares, e os curitibanos de forma geral, conhecessem a história de Ari Xavier, 68 anos, que deixou o acampamento Zatalândia, no qual vivem cerca de cem famílias, na pequena Pinhão, região central do Paraná, talvez pudessem entender os camponeses. “A gente só quer regularizar nossa situação, depois plantar e produzir alimentos. Queremos um pedaço de terra para criar nossos filhos.” No governo Lula, lembra o agricultor, a vida era melhor. “Hoje, para sobreviver, temos de trabalhar como boias-frias em colheitas de batata e fazer bicos na cidade.”

Além de Xavier, outros 109 pequenos agricultores do Zatalândia alugaram dois ônibus, trouxeram alimentos, improvisaram a cozinha e dormem em barracas. “Nossa presença é o nosso protesto pela liberdade de Lula”, afirmou.

No acampamento da PF, Xavier e sua turma encontraram as cearenses Cristiane Farias, tradutora e intérprete na Língua Brasileira de Sinais, e Antônia Félix, professora e mestre em Políticas Públicas. “Lula mudou a cara deste País. A grande mudança foi a inclusão social de todos os movimentos historicamente excluídos. Pela primeira vez, milhões tiveram acesso a água e luz. Pode parecer pouco para quem tem muito, mas, para nós, nordestinos, é quase tudo”, resume Antônia.

O baiano Marcelo de Souza, 29 anos, recém-formado em Engenharia Elétrica, não pensou duas vezes. Saiu de Eunápolis para pedir liberdade a Lula. “Minha família é muito pobre. Eu não teria condições de concluir o ensino superior. Estudei o ensino médio no Cefet e me formei pela Universidade Federal da Bahia. Ambos os cursos foram criados por Lula na minha cidade. Não agüentei ficar em casa. Embarquei sozinho e estou aqui para ser, também, a sua voz.”

Para o jornalista uruguaio Gabriel Mazzarovich, editor do semanário *El Popular*, a prisão de Lula não produz reflexos apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. “Sua liderança ultrapassa as fronteiras brasileiras. Não tenho dúvidas de que ele é um preso político e lutar por sua liberdade é lutar pela nossa liberdade no Uruguai.”

Mazzarovich justifica sua presença em Curitiba: “Não podemos nos calar, não podemos esperar. Viemos aqui hoje para nos solidarizar com os brasileiros e dizer que ninguém pode encarcerar nossos sonhos. Lula representa a esperança do Brasil e da América Latina”.

A vigília transformou-se em um pacífico movimento de protesto. Além dos militantes e acampados, jovens, estudantes, idosos e famílias com crianças misturam-se no entorno da superintendência. A esquina de uma das ruas que dão acesso à sede da PF, onde militares do Bope fortemente armados aguardavam quem fugia das bombas no sábado à noite, foi batizada de Praça Olga Benário.

Ali, diariamente, um palco improvisado transforma-se em tribuna livre. São realizadas apresentações culturais e os oradores se revezam. Pela manhã, os militantes aglomeram-se para, em alto e bom som, dar um “bom dia” coletivo ao ex-presidente, encarcerado a pouco mais de cem metros do local.

Na barraca vizinha, é possível escrever cartas para Lula. Depositadas em uma pequena caixa, as correspondências são depois entregues no setor de protocolos da Polícia Federal. “Fiquei muito emocionado enquanto escrevia. Ele não me conhece, não sabe quem sou eu, mas é uma forma de dar forças nessas horas difíceis e dizer obrigado por tudo o que ele fez por nós, os mais pobres”, afirmou o eletricitista Devanir Pereira de Santana, 56 anos.

Na terça-feira 10, oito governadores e três senadores foram impedidos de visitar Lula. O pedido foi negado pela juíza Carolina Moura Lebos, da 12ª Vara de Execuções Penais. “Trata-se de mais uma arbitrariedade, uma agressão ao bom senso. Obviamente, é outro abuso judicial contra Lula”, afirmou na saída o governador do Maranhão, Flávio Dino, porta-voz do grupo.

Marlene Betiol, 62 anos, cozinheira, resolveu “dar uma olhada no movimento”, quando retornava do trabalho na segunda-feira 9. Desembarcou em um dos maiores terminais de ônibus da cidade, a cerca de 500 metros do acampamento. “Votei no Lula. Ele fez um bom governo. No restaurante que trabalho a gente era em 23 na cozinha. Agora só tem 12. E já falam em diminuir. Tenho fé que ele vai voltar.”

O apoio a Lula incomoda a Polícia Federal. Na quarta-feira 11, o Sindicato dos Delegados solicitou a transferência do ex-presidente para outra prisão. Para a associação, o entorno da superintendência foi alvo de “uma invasão de movimentos sociais e outras facções”.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/>

A reportagem, produção da Revista Carta Capital, discorre sobre o acampamento que se formou à frente da superintendência da Polícia Federal logo após a prisão de Lula. De forma geral, essa reportagem constitui-se a partir da fala de pessoas que estavam no local protestando contra essa prisão, todas as falas são de sujeitos que defendiam o ato, bem como clamavam pela liberdade de Lula.

Inicialmente, um ponto que pode ser mencionado acerca dessa reportagem é o fato de, em seu corpo, haver muito discurso direto. Com o intuito de criar uma imagem positiva de si, o orador busca relatar os fatos tal como são ditos pelos sujeitos entrevistados. Apesar disso, há momentos em que ele se utiliza do discurso indireto, comprometendo-se mais intensamente com o valor de verdade do que é relatado. Tanto no uso do discurso indireto quanto no do direto, é possível perceber qual o posicionamento político do redator, bem como da revista, todavia, é, no discurso indireto, que isso se materializa mais fortemente como em *“O apoio a Lula incomoda a Polícia Federal. Na quarta-feira 11, o Sindicato dos Delegados solicitou a transferência do ex-presidente para outra prisão.”*

No quinto parágrafo, há o seguinte relato de uma mulher envolvida no protesto: *“Meu marido e filho, embora discordem de minhas posições políticas, respeitam. O que nos diferencia é que os militares não são treinados para se preocupar com questões sociais”*. Ao se colocar um enunciado como esse no corpo de um texto, já se pode inferir que o redator lhe dá algum valor de verdade, mas não se compromete totalmente com o seu conteúdo ao passo que utiliza o discurso direto, fazendo menção ao sujeito que profere tal dito. Assim, pode-se dizer que há a presença de uma modalidade epistêmica quase-asseverativa, uma vez que o produtor não apresenta um alto engajamento com o conteúdo proposicional, mesmo assim, por haver a sua materialização no texto, parece haver o compartilhamento de posição. No parágrafo seguinte, há a consumação do engajamento por parte do redator com o dito, isto é, a modalidade epistêmica quase-asseverativa dá lugar à modalidade epistêmica asseverativa, sendo que o redator faz a seguinte colocação: *“Caminhar pelas cercanias da PF, no bairro de Santa Cândida, em Curitiba, seria um ótimo exercício para esses militares de plantão. Equivale a uma aula prática sobre as carências sociais na era Temer”*. Nesse trecho, é possível averiguar que o redator comunga com o que diz a entrevistada, sugerindo que ir às ruas seria uma aula prática sobre carências sociais, pois é uma fala que parte do posto pela mulher citada, em que diz que os militares não são preparados para se preocupar com questões sociais, ou seja, parte-se da suposição de que os militares não têm conhecimento

dessa realidade. Dessa forma, cria-se a imagem de sujeitos cuja preocupação não está voltada às causas sociais, mas a questões de outra ordem.

Outro ponto interessante a ser destacado nesse trecho é o fato de não se tratar de qualquer carência social, mas das “*carências sociais na era Temer*”. Com essa colocação, é possível perceber qual o posicionamento político assumido pelo redator, bem como pela própria revista, o de que são contrários ao governo Temer, presidente que assumiu o cargo após o impeachment de Dilma Rousseff. Finalizando esse parágrafo, há o seguinte período: “*Homens e mulheres acampados sonham em retomar uma vida melhor, com mais oportunidades*. O emprego do verbo “*retomar*” sugere que aquilo que agora é sonho para aquelas pessoas, outrora, já foi uma realidade. Assim, dado o contexto social em que essa reportagem foi produzida, fica facilmente aferido que, para o redator da reportagem, com Temer na presidência, as carências sociais tornaram-se mais gritantes do que no período em que o Brasil fora governado pelo Partido dos Trabalhadores, logo, a volta do PT ao Palácio do Planalto é algo desejado.

Percebe-se, portanto, que o posicionamento político presente na reportagem é muito mais favorável ao PT e a seus correligionários do que a Temer. Cabe mencionar ainda que isso tudo se trata apenas de uma visão da realidade, mas que, no texto, é materializada em forma afirmativa, como uma realidade indubitável. Dessa forma, a modalidade epistêmica asseverativa está presente em “*Lula mudou a cara deste País. A grande mudança foi a inclusão social de todos os movimentos historicamente excluídos. Pela primeira vez, milhões tiveram acesso a água e luz. Pode parecer pouco para quem tem muito, mas, para nós, nordestinos, é quase tudo*”, resume *Antônia*.”, expressando um forte engajamento do redator com relação ao que é dito. Assim, algo que é resultado do olhar do redator e dos interesses sócio-políticos da Revista Carta Capital é atualizado na reportagem como uma verdade absoluta.

A criação simbólica de que os militares não estão preocupados com questões sociais, além da segurança, volta a ser tratada no sexto parágrafo. Logo no seu primeiro período, aparece o seguinte: “*Mas essas disciplinas, de fato, não contemplam os interesses da caserna*”. Nesse trecho, além de se aferir que os militares não possuem tal formação, ainda é afirmado que eles não possuem qualquer interesse em adquiri-la. A modalidade presente, conforme anunciado, é a epistêmica asseverativa, o que cabe ressaltar, no entanto, é que esta modalidade se materializou não somente através do modo verbal e da natureza afirmativa da sentença, mas também pela expressão “*de fato*”. Esta é, por excelência, um modalizador

epistêmico asseverativo, visto que expressa mais intensivamente o quão o locutor considera verdadeiro o conteúdo de sua proposição. Não se deve deixar de contemplar o uso do operador “*mas*” encabeçando o enunciado e contrapondo o que foi apresentado anteriormente.

Corroborando ainda com essa visão, o sétimo parágrafo inicia-se da seguinte forma: “*Se os militares, e os curitibanos de forma geral, conhecessem a história de Ari Xavier, 68 anos, que deixou o acampamento Zatalândia, no qual vivem cerca de cem famílias, na pequena Pinhão, região central do Paraná, talvez pudessem entender os camponeses*”. Nesse período, volta-se a fazer menção ao ponto de vista de que os militares não conseguem ver os problemas sociais mais amplos, além disso, apresenta uma outra estratégia capaz de mudar esse quadro: caso conhecessem a história de Ari Xavier, entenderiam a realidade dos que sofrem com as mazelas da sociedade, no caso do sujeito citado, o problema da falta de terra. Todavia, agora o redator não se compromete totalmente com a sua sugestão, não fazendo uso da modalidade epistêmica asseverativa, mas sim da quase-asseverativa. Além disso, a fim de preservar sua face, o redator amplia o escopo de atuação da sua sugestão, não abrangendo apenas os militares, mas também os curitibanos em geral. Esse baixo comprometimento se dá através do emprego de verbos no subjuntivo, este modo verbal caracteriza-se por apresentar traços de incerteza, de hipótese etc.

Dessa forma, ao fazer uso de formas verbais como “*conhecessem*” e “*pudessem entender*”, o redator furta-se da responsabilidade com relação ao valor de verdade de seu enunciado, isto é, não se compromete com ele. Além dessa estratégia de empregar o verbo no modo subjuntivo, a modalidade epistêmica quase-asseverativa se materializa também pela presença do operador argumentativo “*talvez*”. Assim, este advérbio atua, na reportagem, como um modalizador epistêmico quase-asseverativo, visto que, ao empregá-lo no texto, o redator manifesta seu posicionamento de incerteza diante do que diz, ou seja, ao fazer uso de tal advérbio, ele assume que o fato de os militares entenderem os agricultores não é um dado certo mesmo que tenham conhecimento da história de Ari Xavier.

É possível afirmar, no entanto, que a presença da modalidade quase-asseverativa no citado trecho da reportagem funciona, sobretudo, para que se crie um *ethos* positivo do redator, bem como da própria revista. Isso decorre do fato de não ser razoável que um veículo midiático dite o que deve ser feito pelas forças armadas, nesse caso, ir às ruas a fim de conhecer a realidade das pessoas que permaneciam acampadas na circunvizinhança da Polícia Federal, em Curitiba. Nesse sentido, parece ter sido o objetivo do redator mostrar que seu

texto/discurso estava fazendo apenas uma sugestão, nada cujo valor de verdade pudesse ser aferido por todos. Apesar de acreditar e comprometer-se com isso em trecho anterior, o responsável pela produção escrita da reportagem, nesse trecho, tenta preservar sua face diante de seus leitores.

Na parte final do sétimo parágrafo, acontece algo interessante que merece ser destacado. Ela é composta por três períodos, dentre esses, dois são discursos diretos de Ari Peixoto e um é discurso indireto desse mesmo sujeito. O período cuja construção se dá através do discurso indireto é o seguinte: *“No governo Lula, lembra o agricultor, a vida era melhor”*. Ao fazer uso do discurso indireto, o redator expressa, com suas palavras, o que fora dito por tal sujeito, assim, a atividade não é apenas de reprodução, mas também de assimilação do que é dito. Cabe mencionar ainda que esse período se localiza entre duas falas diretas do agricultor, por isso, é cabível, o seguinte questionamento: “por que esse trecho também não foi escrito na reportagem tal como fora dito?”. Parece que, por haver um compartilhamento de posição, o redator preferiu colocar também sua voz ao dizer que, no governo Lula, a vida era melhor, e, assim, dá mais ênfase a essa afirmativa: *“Lula mudou a cara deste País. A grande mudança foi a inclusão social de todos os movimentos historicamente excluídos”*.

De um modo geral, o corpo do texto/gênero é formatado pelo relato de pessoas que estavam acampadas, protestando contra a prisão de Lula. Mesmo utilizando o discurso direto na maioria das vezes, ao atualizar, na reportagem, a fala dessas pessoas, é possível, ainda assim, perceber traços do posicionamento político do redator, bem como da própria revista Carta Capital, conforme o trecho já apresentado *“Lula mudou a cara deste País”* o posicionamento favorável a Lula e ao seu governo. Isso é possível porque nenhuma fala contrária ao ex-presidente, tampouco ao movimento em protesto à sua prisão, tem espaço na reportagem, todos os sujeitos com voz expressa no texto são favoráveis a ele, defendem que, no período do governo Lula, o bem-estar era algo mais universal, não restrito à elite.

A seleção de personagens de várias esferas sociais pode criar a imagem de que toda a sociedade é contra à condenação do ex-presidente, algo que, de fato, não condiz com a realidade, pois há aqueles favoráveis, bem como há os que são contra. Todavia, a imagem simbólica da realidade que a reportagem objetiva é a da população em geral que deseja ver Lula livre. Isso, perceptivelmente, trata-se de uma representação ideológica, visto que, além de apresentar uma visão de mundo, visa provocar alterações na estrutura social.

Diante do exposto, verifica-se que a reportagem em foco veicula certos traços ideológicos. No trecho: *“Vigília transformou-se em um pacífico movimento de protesto. Além*

dos militantes e acampados, jovens, idosos e famílias com crianças misturam-se no entorno da PF”, há, entre as representações simbólicas, duas que ainda merecem comentários, quais sejam: a representação de um protesto pacífico, apesar de que antes houve um ataque com bombas de efeito moral e balas de borracha., em que todos os envolvidos protestam pacificamente contra a prisão de Lula, por ele representar a voz das minorias; e a imagem dos militares enquanto seres sem formação que os leva a pensar mais intensamente acerca de questões sociais.

A representação de que o acampamento é uma forma de protesto pacífico vai no sentido de conferir validade ao movimento, ou seja, essa representação visa atuar significativamente no interior das estruturas sociais, legitimando o ato de protesto. Por sua vez, a representação que se faz dos militares, apresentando-os como sujeitos sem qualquer criticidade pode levar à consumação de certos objetivos sociais, entre eles, o de não querer que o país seja governado por um deles. Com isso, cabe destacar que essa reportagem foi publicada em 14/04/2018, nesse período, o nome de um outro candidato como um dos principais candidatos à presidência já possuía certa relevância, nesse sentido, parece haver uma posição contrária a esse sujeito. Por assim dizer, a representação simbólica que se faz acerca dos militares já pode trazer um posicionamento contrário àquele político.

Conclusão

Todo o processo desse estudo esteve pautado em algumas questões que atuaram como norte para as quais se objetivou chegar. Por assim dizer, foi objetivo deste trabalho a formulação de respostas a tais indagações. Nesse momento, enfim, é possível afirmar que tal anseio foi alcançado, uma vez que, depois de findadas as análises, as respostas pretendidas tornaram-se possíveis. As questões norteadoras são as seguintes: “Como acontece o fenômeno da modalização no citado gênero?” e “Como o gênero reportagem se manifesta enquanto instrumento ideológico?”. Entretanto, é necessário esclarecer que o corpus desta pesquisa envolve outras reportagens, porém, para esta ocasião, fez-se um recorte, escolhendo apenas uma reportagem para estudo analítico.

Quanto à materialização da modalidade no gênero reportagem, entre as três possíveis alternativas (a epistêmica, a deôntica e a afetiva), a primeira teve recorrência maior: a modalidade epistêmica. Isso na reportagem analisada nesta ocasião. Este tipo acontece quando o conteúdo proposicional é voltado para questões relativas ao conhecimento, ou seja, quando

se transmite algum tipo de informação, a modalização presente é a epistêmica, dando para perceber o motivo de esta aparecer recorrentemente no gênero objeto desta pesquisa. A reportagem é um gênero jornalístico cuja principal função é transmitir um detalhamento de algum acontecimento.

Entretanto, analisando os discursos diretos dos entrevistados, encontram-se, além da epistêmica, outras modalidades, tais quais: “*Não podemos nos calar, não podemos esperar.*”, há a modalidade deôntica; “*Tenho fé que ele vai voltar, tem-se a modalidade afetiva, já em “Não tenho dúvidas de que ele é um preso político e lutar por sua liberdade é lutar pela nossa liberdade no Uruguai*”, tem-se a modalidade epistêmica asseverativa; e “*Obviamente, é outro abuso judicial contra Lula*” é mais uma modalidade epistêmica asseverativa. Além da modalidade epistêmica, verificou-se, também, a presença das modalidades deôntica e afetiva.

Outro ponto que ainda cabe ser mencionado quanto à modalização é a modalidade epistêmica possuir uma subdivisão, ela pode ser asseverativa, quase-asseverativa ou delimitadora. A asseverativa acontece quando o locutor considera absolutamente verdadeiro o conteúdo de seu enunciado, comprometendo-se com isso. Esse ponto reflete a ideia de a mídia ser o quarto poder, pois enuncia informações nessa modalidade, imprimindo verdade ao que diz, mesmo quando não é, e a população, conseqüentemente, concebe tal informação como verdade também, muitas vezes, sem nenhuma criticidade. Este foi o tipo de modalidade epistêmica mais recorrente na reportagem analisada, isso quer dizer que o locutor considera e apresenta como verdadeiro tudo aquilo que ele está transmitindo, com uma marca linguístico-discursiva que possibilita a identificação de certos traços político-ideológicos veiculados nos discursos que constituíram o *corpus* desta pesquisa.

Por fim, o último questionamento propôs uma discussão acerca de como o gênero reportagem atuaria enquanto instrumento ideológico. Em direção a esse objetivo, foi possível perceber que esse gênero não se caracteriza como imparcial, pois sua materialidade linguística é atravessada por muitas representações da realidade que servem aos interesses da própria instituição ou de outras detentoras do poder tanto econômico como social, conforme verificou-se nas modalidades epistêmicas apontadas.

Assim, a realidade é ressignificada a fim de melhor contribuir para a manutenção da hegemonia. Dessa forma, resta afirmar que a reportagem é, em suma, um gênero ideológico, uma vez que busca legitimar representações da realidade capazes de atuar intensamente na manutenção ou alteração das estruturas sociais, materializadas, muitas vezes, por meio da

modalidade epistêmica asseverativa que apresenta o posicionamento e o juízo de valor do produtor da reportagem.

Referências

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo**. v.2. 5. ed. Rio de Janeiro: Maduad X, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução: Ermetina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

CASTILHO, A. T. de; CASTILHO, C. M. M. de. **Advérbios modalizadores**. In *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Trad. Fabiana Komesu (Org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FAIRCLOUGH, Norma. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. São Paulo: Ática, 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MELO, Iran Ferreira de. Análise crítica do discurso: modelo de análise linguística e intervenção social. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, p. 1335-1346, 2011.

RESENDE, Viviane de Melo, RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2016.

RUSCHEL, René. Quem são os acampados por Lula em Curitiba? **Revista Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-sao-os-acampados-por-lula-em-cuitiba>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SANTOS, Maria Francisca Oliveira. **As marcas retórico-críticas no gênero editorial**. Maceió: Edufal, 2011.

SANTOS, Franciane da Silva. **Metáforas em reportagens da revista Veja: uma análise retórica**. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2015.

VIEIRA, Josenia Antunes, MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise do discurso crítica. In: BATISTA JR, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaé Borges; MELO, Iran Ferreira (Orgs). **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**, São Paulo: Parábola, 2018, pp. 48-77.

GENDER REPORTS AS SOCIAL PRACTICE: A CRITICAL-DISCURSIVE ANALYSIS

Abstract: This paper is an analysis, of a critical-discursive nature, of the reporting genre as a social practice. It aims to analyze the critical aspects of the discursive reporting genre, seeking to understand the ways in which this genre acts as an instrument to legitimize certain ideologies towards society. It is based on Fairclough (2001), Resende and Ramalho (2016), Castilho and Castilho (2002), among others. The research is of a qualitative nature, it strives for the quality and interpretation of the data, having no interest in quantifying them, seeking to understand the phenomenon of modalization in reporting and how this genre manifests itself as an ideological instrument. The analyzes show that the report is, in short, an ideological genre that seeks to legitimize representations of reality capable of acting intensely in the maintenance or alteration of social structures.

Keywords: Report. Social practice. Ideologies.

Envio: março/2021
Aceito para publicação: maio/2021

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267